

Jornal Cidadela

EDIÇÃO Nº 1248 | JOAÇABA -SC, QUINTA-FEIRA 20 DE NOVEMBRO DE 2025 | E-MAIL: cidadela@uol.com.br | FONE/WHATS: (49) 9 9980-0604 | R\$ 6,00



oBoticário

MPSC e FACISC firmam adesão ao Protocolo “Não é Não” em evento que reuniu setor público e empresarial

Página 4



Dia do Empreendedorismo Feminino: Santa Catarina tem mais de 1,2 milhão de mulheres empreendedoras

Página 8



Reitor da Unoesc recebe Medalha 60 anos da Administração

Página 10



Excelente público na noite de sábado marca a Fecaci 2025

Página 16



Joaçaba não está entre as cidades de Santa Catarina com melhor saúde

Página 7





Educação verdadeiramente inclusiva

Por Julio Garcia*

O governo federal expediu, em outubro, o Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. A medida foi anunciada como um marco no fortalecimento da inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades. À primeira vista, a intenção parece inquestionável: garantir que todos os estudantes aprendam juntos, em ambientes escolares comuns, com o apoio de recursos pedagógicos e acessibilidade. No entanto, os textos dos artigos 5º e 8º acenderam um intenso debate no país, especialmente entre as APAEs, educadores e parlamentares. O motivo é simples e, ao mesmo tempo, profundo: ao definir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma atividade pedagógica de caráter complementar à escolarização, o decreto sugere que a matrícula em classe comum é obrigatória e universal, relegando o AEE ao papel de mero suporte.

Na prática, essa redação faz desaparecer uma possibilidade que, há décadas, é reconhecida pela legislação brasileira: a de que, em alguns casos, o atendimento especializado pode substituir a matrícula em sala comum. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no

artigo 58, diz que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular, termo que indica prioridade, mas não exclusividade. O advérbio, que parece pequeno, carrega uma diferença civilizatória. Ele garante que a busca pela inclusão não se transforme em imposição cega, ignorando as condições reais de cada aluno e as limitações de muitas redes públicas.

Ao reduzir o AEE a uma função complementar, o decreto ameaça deslegitimar o papel das instituições especializadas, como as APAEs que, há mais de meio século, oferecem atendimento educacional e terapêutico a pessoas com deficiência intelectual, múltipla ou com comprometimentos severos. Essas entidades não são frutos de um passado segregador, mas, sim, espaços de pertencimento e desenvolvimento integral para estudantes cujas necessidades vão além do que a escola comum pode atender, mesmo com apoio técnico. Extinguir, por via interpretativa, a possibilidade de substituição da classe comum pelo AEE seria, na prática, condenar muitos desses alunos à exclusão disfarçada de inclusão dentro da sala de aula, mas fora da aprendizagem.

O discurso oficial do Ministério da Educação tem reforçado que o decreto não pretende extinguir as instituições especializadas, mas

integrá-las à nova rede de educação inclusiva. O problema, contudo, não está nas intenções declaradas, mas no efeito jurídico e simbólico da redação. A linguagem normativa tem consequências: quando o texto oficial afirma que o AEE é apenas complementar, abre-se espaço para interpretações administrativas que inviabilizam convênios, retiram repasses e induzem matrículas compulsórias em escolas comuns, independentemente do perfil do aluno. É isso que tem mobilizado pais, professores e parlamentares e motivado, inclusive, projetos no Congresso Nacional para sustar os efeitos do decreto.

Defender que o AEE possa, em certos casos, substituir a escolarização em classe comum não é defender a segregação, como alguns críticos alegam. É reconhecer que a igualdade substantiva exige diversidade de caminhos. Inclusão verdadeira não se mede pela estatística de matrículas em escolas regulares, mas pela efetividade da aprendizagem e pelo desenvolvimento integral de cada estudante. Forçar a presença em um espaço que não oferece condições reais de participação é apenas mudar o local da exclusão agora, dentro da sala de aula.

Uma política de educação especial moderna deve ser construída sobre dois

pilares complementares: o direito à inclusão e o direito à adequação. Isso significa afirmar a escola comum como prioridade, mas admitir, com a mesma clareza, que há situações em que o atendimento especializado é o ambiente mais inclusivo possível. Não reconhecer essa nuance é negar a complexidade humana e a diversidade das trajetórias de aprendizagem.

O governo federal ainda pode corrigir o rumo. Bastaria uma revisão pontual nos artigos 5º e 8º, restabelecendo a ideia de que o AEE é, em regra, complementar, mas pode assumir caráter substitutivo quando houver comprovação técnica e decisão conjunta da equipe pedagógica e da família. Isso devolveria segurança jurídica às instituições e serenidade às famílias, sem enfraquecer o compromisso com a inclusão.

Em educação, as palavras importam e, neste caso, uma única palavra pode mudar o destino de milhares de estudantes. O decreto, da forma como está, arrisca converter um ideal nobre em uma prática excludente. Incluir, afinal, não é apenas colocar juntos, mas garantir a cada um o direito de aprender, segundo suas condições, potencialidades e dignidade.

***Julio Garcia - Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**

Lunelli critica políticas do governo federal e cobra ações para salvar produtores de arroz e leite

Em pronunciamento nesta terça-feira (18) na Assembleia Legislativa, o deputado Antídio Lunelli (MDB) fez críticas diretas ao governo federal por não adotar medidas eficazes para conter a crise que atinge os produtores de arroz e leite em Santa



Catarina. O parlamentar afirmou que o setor vive “um dos momentos mais graves das últimas décadas” e que a falta de política nacional consistente agrava a situação no campo.

Lunelli destacou que Santa Catarina é referência na produção de alimentos e que regiões como Massaranduba, Luís Alves e Guaramirim alcançam produtividade superior a 8 toneladas de arroz por hectare, uma das maiores do país. No leite, a crise tem provocado forte retração: 1.548 produtores deixaram a atividade no último ano.

O parlamentar alertou para a inviabilidade financeira enfrentada pelo setor. Produtores de arroz vendem a saca entre R\$ 55 e R\$ 60, enquanto o custo ultrapassa R\$ 80. No leite, o litro pago ao produtor gira em torno de R\$ 2,30, abaixo do custo médio de R\$ 2,60. “O campo trabalha no vermelho e está sem margem de sobrevivência”, afirmou Lunelli.

O deputado também responsabilizou o governo federal pelo aumento das importações de arroz e leite, classificando a prática como concorrência desleal. Ele criticou a entrada de produtos estrangeiros “sem as mesmas exigências sanitárias, tributárias e de custo impostas ao produtor brasileiro”, o que, segundo ele, derruba o preço pago ao agricultor catarinense.

Medidas defendidas por Lunelli

Para o arroz:

Retomada das políticas de preço mínimo;
Ampliação de linhas de crédito com juros adequados;
Investimentos em logística e escoamento da produção;
Suspensão imediata das importações enquanto durar o período de prejuízos ao produtor nacional.

Para o leite:

Adoção de medidas antidumping contra produtos importados;
Redução de impostos sobre insumos, energia e combustíveis;
Fortalecimento das cooperativas regionais;
Ampliação do crédito emergencial sem burocracia;
Renegociação de dívidas com juros limitados a 3% ou 4% ao ano;
Restrições às importações por critérios de sanidade animal.

Jornal Cidadela

RAZÃO SOCIAL: JORNAL E PORTAL CIDADELA LTDA - CNPJ/MF: 08.955.145/0001-58

Ofício do Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos nº 038 Livro B-02, fls. 007

Sede: Joaçaba - SC. - E-mail: cidadela@uol.com.br - Fone/WhatsApp: 55 (49) 9 9980-0604

Endereço: Trav. Armindo Haro, 51, - Bairro Cruzeiro do Sul - JOAÇABA - SC - CEP 89600-000

Editor Responsável: Mário Serafin - Registro SC 1671 - JP

Impressão: Celigraf Ltda - CNPJ: 12.576.693/0001-44 - Rua Herval do Oeste, 289 - Eldorado, Chapeco - SC - CEP: 89810225 - Fone/Fax: 46999212279

EDIÇÃO Nº 1248 - QUINTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2025

Tiragem da Semana: 2.000 (dois mil exemplares)

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores



A Política Regional – 37 anos depois

Por Euclides Riquetti*

Em 15 de novembro de 1988 fui eleito Prefeito Municipal em Ouro, aos 35 anos. Fiz 57% dos votos válidos. Gastei duas semanas de meu primeiro ordenado para pagar toda a campanha. Com adversário, sem ser em eleição com candidato único, fui o mais jovem eleito prefeito daquele Município. Eleito no ano de promulgação da Constituição Cidadã, fizemos parte da transição para uma nova edição desta, devidamente aprovada e sancionada. Ainda, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município. Uma grande mudança na vida dos cidadãos, em todos os níveis.

Um deputado me dizia: “Vocês vão ter muito dinheiro para administrar!” Só não falou que iríamos receber muitos encargos que antes eram de competência dos governos estadual e federal. Principalmente na Educação e na Saúde. Para quem gosta do Poder, de dominar pessoas e orçamentos, maravilha! Mas para quem gosta de situações de normalidade, uma fardo. Porém, quem se candidata e é eleito, não adianta reclamar nem choramingar. Tem que mostrar capacidade de gestão, de liderança, de articulação.

Tive, oito anos antes de o início de minha gestão, a experiência de atuar como “secretário do prefeito”, único. Era nomeado como Diretor da Divisão Administrativa. Tinha muitas responsabilidades e adicionei a minha experiência como gerente de filial de concessionária de caminhões e administrador de empresa industrial, num universo de 550 funcionários, algo muito forte para a década de 1970. Professor em escolas particulares e estaduais, muita experiência em lidar com o ser humano.

Trabalhando desde criança, na roça, em engenho de cana e em alambique, na adolescência fui balconista de armazém, lavador e lubrificador de veículos, ajudante de açougueiro, servente de pedreiro, auxiliar de lavanderia, e outras coisinhas mais. Não perdi nenhum pedaço de mim...Listar aqui as entidades que dirigi antes de ser eleito prefeito soaria como prepotência.

Nas eleições municipais de 1988, na microrregião da Ammoc, tivemos grande mudança na política. Figuras tradicionais, as velhas raposas, deram lugar a uma outra geração de políticos. O mesmo aconteceu com as câmaras de vereadores. Posso classificar nossa geração de prefeitos em degraus. No primeiro, os mais jovens, em idades entre 34 e 36 anos: Euclides Riquetti (PDS), em Ouro; Ari Ferrari (MDB), em Ibicaré; Euclides Miazzi (MDB), em Lacerdópolis; Rudi Ohlwailler (PDS), Treze Tilias; Noveli Sganzerla (MDB), em Água Doce. Depois, um degrau acima (em idade): Nelson Primo (MDB), Herval d'Oeste; Saul Leovegildo de Souza (PDS), Catanduvas; Faustino Panceri (PDS), Tangará; Ozires Randon (PFL), Pinheiro Preto. Um terceiro time, com Raul Furlan (MDB), Joaçaba; Agenor Piovezan (MDB), Erval Velho; Iirineu Maestri (MDB), Capinzal. Um ano depois, em Abdom Batista, elegeu-se Santin Palavro Júnior, pelo MDB.

Administrar há quase quatro décadas, e hoje, tem diferença? – Tem e não tem! – Em nossa época, um prefeito precisava ter a sorte de pertencer ao partido do Governador. As verbas eram garantidas, os deputados da base governista traziam recursos. Os dois primeiros anos, com Pedro Ivo Campos e Casildo Maldaner (MDB). Dos dois subsequentes, com Vilson Kleinubing (PFL). Em Brasília, José Sarney (MDB), que seus companheiros diziam “O povo não esquece, Sarney é PDS!”. Depois Fernando Collor e Itamar Franco. Os deputados federais e senadores não tinham os privilégios que os atuais têm. Mas, as tetas da viúva davam muito pouco leite!

Os prefeitos se viravam como podiam. O dinheiro era mais curto, mas não havia tantos compromissos com a Educação e a Saúde, nem com o social. Havia quem comprasse caminhão caçamba com dinheiro da Educação e quem construísse os ginásios de esportes com recursos daquela pasta. Caminhão com caçamba para transportar merenda escolar, ponte para os alunos chegarem até as escolas, etc, etc...

Agora, os compromissos são maiores, as despesas aumentaram, mas o dinheiro também. Administrar uma cidade é fácil, pois o dinheiro entra nos cofres públicos, mais facilmente do que entra nas empresas.

Euclides Riquetti – Escritor – www.blogdoriqchetti.blogspot.com



TILÁPIAS. RESCALDO

Por Vinicius Schmitz de Carvalho*

Ressurgem novidades sobre o assunto noticiado na Edição do Jornal Cidadela nº 1247 de 14/11/25, merecendo um "rescaldo", em face a ocorrência de novos fatos. Justificando o que vem a ser rescaldo.

Quando ocorre um incêndio, que é exemplarmente combatido pelo Corpo de Bombeiros, após o término do combate, devido aos resíduos, ainda um pouco incandescentes, necessário se faz por vezes após um dia do ocorrido, um novo combate, identificado como "rescaldo".

Reprisando o assunto da temida lista de produtos exóticos de espécies consideradas invasoras pelo Ministério do Meio Ambiente, que passou a considerar a espécie de peixe "TILÁPIA", as espécies florestais, como o "eucalipto e o pinus" e as frutíferas, da espécie "MANGA, GOIABA, JACA, como espécies invasoras, que devem ser exterminadas, novos fatos noticiados, exigem novos esclarecimentos.

Quando na matéria anterior (Edição do Jornal Cidadela nº 1247), exercemos uma divagação sobre a inclusão inconsequente pelo Ministério do Meio Ambiente, das espécies catalogadas como invasora, nos referimos que o povo brasileiro e até a Ministra, também não são descendentes dos povos indígenas originários (Índios aqui existentes, nos idos do descobrimento do Brasil/1.500), portanto não nativas e até invasoras.

Como estamos em uma edição da COP30, aqui no Brasil, que vem acontecendo de 10/nov a 21/nov/25, ocorrem situações tidas como "oportunistas" e que irão constar nas Cartas de Intenções e Relatórios de final da COP30, certamente passarão e serão de conhecimento mundial. Ou seja, em sendo incluídas estas espécies na lista de produtos exóticos como "INVASORAS", certamente que nossos produtos incluídos, serão rejeitados internacionalmente.

Mas pasmem! Embutido nestas veiculações sobre considerar a espécie de peixe

"TILÁPIA", as espécies florestais, como o "eucalipto e o pinus" e as frutíferas, da espécie "MANGA, GOIABA, JACA, como espécies invasoras, que devem ser exterminadas, surge a motivação da inclusão de novas espécies como invasoras, com a notícia de recente IMPORTAÇÃO de tilápias e pescado do VIETNAM para o Brasil.

Alerta-se, a dúvida da sanidade na origem e se são saudáveis para o consumo, com as práticas de manuseio de higiene e conservação adequada, devido a grande poluição das águas na produção de peixes. Ou seja, o Brasil como grande produtor da espécie de peixe "TILÁPIA" e pescado, passa a sofrer uma injustificável importação para concorrer como nossa produção de tilápias.

E como não poderia deixar de ser algo suspeito, injustificadamente paira no sigilo do importador, que os meios noticiosos suspeitam, que esta importação envolve os irmãos Batista, que indiscutivelmente tem uma vasta folha corrida de corrupção no Brasil, em especial como integrantes da lista nacional de envolvidos na "LAVA JATO". Causa preocupação ao setor produtivo brasileiro, as atuações da CONABIO e o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), que se utilizam da COP30, para serem as estrelas/celebridades em medidas a serem adotadas pelo Brasil, como protetores do meio ambiente e melhora do clima.

Pergunta-se! o que tem o peixe da espécie tilápia e a fruta manga, a ver com a melhora do clima e o meio ambiente. Novamente, podemos alertar, que estas campanhas insufladas por falsos ambientalistas, tem cunho de politicagem, nas formas de atacar estados federados contrários a políticas de perseguição, como houve em Santa Catarina, em que órgãos do Ministério do Meio Ambiente, atentaram contra os pescadores artesanais catarinenses, impondo

"COTAS REDUZIDÍSSIMAS" de captura das "TAINHAS" nos seus trajetos de migração pela costa brasileira.

Visualiza-se, que as espécies de peixe "TAINHA", "TILÁPIA", daqui a pouco "A TRAÍRA", como também, as espécies de árvores eucalipto (Eucalyptus spp) e pinus e as frutíferas da espécie "MANGA, GOIABA, JACA, na realidade tem o cunho de perseguição ao agronegócio, o que é simplesmente DEPLORÁVEL.

Já anteriormente discorrido em matéria anteriormente publicada, de que o manejo das espécies de árvores eucalipto (Eucalyptus spp) e pinus, são matérias primas indispensáveis para o consumo das indústrias de celulose, matéria de consumo pelas famílias brasileira em fogões e lareiras, como indispensáveis na queima de caldeiras nas indústrias de transformação no Brasil.

Como também, o plantio em larga escala das mangueiras (fruto manga), goiabeiras, laranjeiras, pois produtos de grande aceitação internacional, portanto, geradoras de emprego, suporte de pequenas economias de produção familiar, criação de pequenas cooperativas, indústrias de sucos e assim por diante. É Meramente insano e altamente prejudicial ao povo brasileiro e a economia em geral do Brasil, estes atos preocupantes que desestabilizam o setor produtivo brasileiro e bastante perceptível, que estas práticas insanas que renascem anualmente nas edições da COP, visam favorecer produtos estrangeiros, que não conseguem competir com o produto brasileiro e se utilizam de uma COP, para criar barreiras ao produto brasileiro.

IMPLORA-SE aos setores participantes da COP30, que procurem lutar por um Brasil MELHOR e valorizem nossos produtos, mas JAMAIS usem de expedientes nefastos para criar barreiras intransponíveis em prejuízo do povo brasileiro.

*Vinicius Schmitz de Carvalho, advogado

MPSC e FACISC firmam adesão ao Protocolo “Não é Não” em evento que reuniu setor público e empresarial

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) realizaram, na terça-feira (18/11), um evento que marcou a assinatura oficial do Protocolo “Não é Não”. A assinatura aconteceu no auditório da FACISC e contou com a presença de empresários, lideranças estaduais e representantes de instituições públicas. Durante o evento aconteceu o lançamento da campanha “Aqui não”, que será promovida pelo MPSC e pela FACISC e contará com o apoio do projeto Antonietas e do Governo do Estado de Santa Catarina.

A adesão foi formalizada em alinhamento à Lei Federal n. 14.786/2023, que estabelece diretrizes nacionais para a prevenção e o enfrentamento ao assédio e à violência contra mulheres em ambientes de grande circulação de pessoas.

O documento estabelece diretrizes para o primeiro atendimento a mulheres e meninas vítimas de assédio ou violência em ambientes

de grande circulação – estádios, arenas, casas de show, bares, eventos culturais e esportivos. O propósito é simples e ainda assim poderoso: garantir acolhimento imediato, espaço seguro, informação qualificada e encaminhamento ágil aos serviços essenciais necessários.

Para o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do MPSC, Andrey Cunha Amorim, “assinar este convênio vai revolucionar todo o sistema de Justiça em prol do combate à violência contra a mulher”. Andrey disse, ainda, que “um terço dos crimes cometidos no estado são contra as mulheres, por isso essa união entre as instituições é fundamental para que um dia possamos comemorar que nenhum crime contra as mulheres tenha acontecido em Santa Catarina”.

A Coordenadora-Geral do Núcleo de Enfrentamento a Violências e Apoio às Vítimas (NEAVIT), Promotora de Justiça Chimelly Louise de Resenes Marcon, afirmou que o momento representa um passo firme na constru-

ção de espaços seguros, acolhedores e comprometidos com a dignidade das mulheres e meninas catarinenses.

“Nos últimos cinco anos, foram mais de 360 mil registros de violência, mais de 3.800 estupros e mais de 310 feminicídios. Um feminicídio nunca é o início de uma trajetória; muitas vezes, ela começa muito antes, com uma importunação aparentemente simples. É por isso que o Protocolo ‘Não é Não’ nasce pactuado como um instrumento claro e alinhado à legislação vigente, estabelecendo diretrizes para um primeiro atendimento humanizado. A formalização deste compromisso sela um movimento coletivo voltado à sensibilização e à transformação de padrões socioculturais. Uma mudança que reforça que consentimento não se presume, que o corpo feminino não é território de invasão e que ‘não é não’ em qualquer contexto e por qualquer pessoa”, garantiu.

O Presidente da FACISC, Elson Otto, reforçou que, apesar de a entidade ser uma voltada ao setor empre-



sarial, não vive numa ilha. “Nós também nos preocupamos profundamente com as questões sociais. Sob essa perspectiva social e humanitária e considerando a nossa capilaridade em praticamente todos os municípios catarinenses, entendemos que chegou a nossa vez, como sociedade organizada, de entrar de cabeça no enfrentamento à violência contra a mulher em Santa Catarina”, afirmou.

A Vice-Governadora de Santa Catarina, Mailisa Boehm, disse estar emocionada pela assinatura do protocolo. “Estou vendo aqui como as federações estão se envolvendo. As instituições abrem

as portas para tratar sobre o assunto, para falar sobre como enfrentar esse problema. É importante esse trabalho em prol da mulher. Estamos todos trabalhando em rede e isso é uma alegria muito grande para mim. Violência contra mulher não combina com nosso estado”, finalizou.

Um painel especial integrou a programação, promovendo diálogo entre o Ministério Público e o setor empresarial sobre boas práticas, responsabilidades legais e estratégias de prevenção ao assédio.

Campanha “Aqui não”

A campanha “Aqui não” foi desenvolvida pela agên-

cia F/Brave, que atende a FACISC, com o objetivo de trabalhar a conscientização e mostrar quais são os tipos de violência em diversos tipos de mídia. As peças trazem dados sobre o problema, as violências mais sofridas e as formas de denunciar. Cartilhas em português, espanhol e francês serão distribuídas para a população nos moldes dos documentos já produzidos pelo NEAVIT. Cartazes, outdoors, busdoors e publicações em redes sociais também foram elaboradas e serão divulgadas nos próximos dias.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC

Quer abrir ou ampliar tua empresa?



SEBRAE Teajuda

Teu
negócio
dá certo.



V CONSULTORIA



V CURSOS



V OFICINAS



V EVENTOS



V PALESTRAS



Aponte a
câmera do
celular e
saiba mais:

OU ACESSE:

sebrae.sc/teajuda

Quem quer abrir um negócio ou já enfrenta os desafios de manter uma empresa em crescimento, conta com o Sebrae para transformar ideias em soluções e dar os próximos passos.



Deputados do Oeste discute demandas com secretários estaduais da Saúde, Agricultura e Infraestrutura

A Bancada do Oeste na Assembleia Legislativa promoveu, na manhã desta quarta-feira (19), uma reunião com os secretários de Estado da Agricultura, Saúde e Infraestrutura para debater as demandas da região nessas áreas.

O deputado Mauro De Nadal (MDB), que coordena o colegiado, destacou que durante o encontro os deputados foram informados sobre diversas ações que estão em andamento, como melhorias nas SCs 283 e 355, e a criação de programas de crédito para produtores rurais e empresas de internet. Novas reivindicações também foram encaminhadas ao governo do Estado, como a ampliação do Hospital Regional do Oeste e do Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, disse, destacando a importância da atuação conjunta dos parlamentares do Oeste.

“São várias vozes levando as reivindicações em nome desta bancada e, com isso, elas ganham mais força no momento de encaminhá-las ao governo do Estado ou ao governo federal”, afirmou.

Durante a reunião, também foi decidido que a bancada apresentará

emendas ao orçamento do Estado para a aquisição de equipamentos para o Hospital Regional do Oeste e para o Laboratório do Leite, de Pinhalzinho.

Com relação a um pedido apresentado pela deputada Luciane Carminatti (PT), para a viabilização da ampliação da estrutura do hospital de Caxambú do Sul, os parlamentares resolveram encaminhar o pleito ao governo do Estado, tendo em vista o grande volume de recursos necessários para a obra, em torno de R\$ 30 milhões.

Novos programas de crédito e portaria para suinocultores

Questionado pelos deputados, o secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Chiodini, apresentou as novas ações que vêm sendo formuladas pelo governo para o setor.

Ele destacou dois projetos. O primeiro, que já está em tramitação na Assembleia Legislativa, prevê a criação do Programa Coopera Agro SC, para a disponibilização de linhas de crédito específicas aos agricultores catarinenses vinculados a



Reunião da bancada do Oeste com secretários estaduais. - Foto: Giovanni Kalabaide

integradores, cooperativas rurais e empresas privadas do setor agroindustrial.

O segundo trata do Programa Sinal Bom, voltado ao estímulo da expansão da internet e da conectividade no meio rural. A iniciativa dispõe sobre a criação de uma linha de crédito subsidiado a empresas para estimular a infraestrutura de comunicação e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Na oportunidade, Chiodini também falou sobre a Portaria SAPE 50/2025, que estabelece medidas mínimas de biossegurança que se tornam obrigatórias para granjas de suínos tecnificadas. As principais mudanças incluem o controle de acesso às propriedades, a implementação de barreiras sanitárias, a desinfecção regular de equipamentos e a gestão adequada de dejetos, com o objetivo de prevenir a entrada de doenças como a Peste Suína Africana (PSA) e a Peste Suína Clássica (PSC).

Investimentos nos hospitais

Por sua vez, o secretário de Estado da Saúde, Diogo Demarchi, descreveu os investimentos que vêm sendo realizados pelo governo em unidades hospitalares de municípios como Palmitos, Maravilha e Iporã do Oeste.

Em relação a uma das prioridades destacadas pela bancada — a ampliação do Hospital Regional do Oeste, em Chapecó — Demarchi afirmou que irá utilizar, para essa finalidade, o

valor de R\$ 1 milhão destinado pelos deputados por meio de emendas ao orçamento. O recurso será aplicado especialmente para o aumento dos leitos de internação e de UTI.

Sobre a instalação de um hemocentro no Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, no município de São Miguel do Oeste, e de um setor de hemodiálise no Hospital São José, em Maravilha, o gestor declarou que as ações ainda estão em estudo.

Melhorias em rodovias e ponte

Em outro ponto da reunião, o deputado Neodi Saretta (PT) questionou o secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Jerry Comper, sobre as melhorias programadas pelo governo para a SC-283, especialmente no trecho de 25 km que liga os municípios de Seara a Arabutã.

Em resposta, Comper reconheceu que o consórcio selecionado para realizar as obras está trabalhando devagar, mas que já foi providenciado o maquinário que possibilitará acelerar os

trabalhos. Com relação às ações apontadas por Saretta como necessárias, como a ampliação da capacidade de tráfego e a criação de terceiras faixas, Comper afirmou que levará a questão ao governador Jorginho Mello, tendo em vista que, até o momento, só está prevista a revitalização da via.

Sobre outra demanda levantada pela bancada — a revitalização da SC-355, entre os municípios de Jaborá e Catanduvas —, foi informado que a empresa responsável teve o contrato rescindido. Uma nova licitação deverá ser publicada ainda este ano para a continuação dos trabalhos.

Por fim, Jerry Comper informou que a Secretaria de Infraestrutura está preparando uma nova licitação para a construção da Ponte do Macuco, em trecho da SC-283, em Itapiranga. Segundo ele, o projeto prevê elevar em três metros a pista de rodagem da estrutura, como forma de proteger a estrutura em casos de aumento do nível do rio Uruguai.

Por Alexandre Back - Agência AL



Deputado Mauro De Nadal. - Foto: Giovanni Kalabaide



Gente, está muito ruim!!!

Por Neusa Maria Breda

1. O homem e a enteada

Um homem foi preso por suspeita de estuprar e engravidar a própria enteada, uma menina de 13 anos, na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Estupro foi descoberto no momento em que a adolescente foi registrar a bebê. O cartório estranhou a idade da mãe da criança recém-nascida e acionou o Ministério Público estadual.

Ministério Público notificou a Polícia Civil, que passou a investigar o caso e descobriu que a adolescente era vítima de abusos sexuais cometidos pelo padrasto. O homem foi preso preventivamente na semana passada, mas a promotoria divulgou o caso agora.

Padrasto negou que tenha abusado da enteada. Entretanto, exame de DNA confirmou que o homem é o pai da criança, segundo o MP.

Mãe da adolescente tentou proteger o marido e alegou que a filha havia sido abusada na escola. Essa versão, porém, foi desmentida durante as investigações.

Promotoria acusa a mãe de omissão nos cuidados da filha e convivência com os abusos cometidos pelo ex-marido. Por esse motivo, a mulher perdeu os direitos maternos que exercia sobre a adolescente. Ela, entretanto, não foi presa.

Adolescente e a bebê foram encaminhadas para acompanhamento psicológico e social.

Justiça catarinense ratificou a prisão preventiva do padrasto. Por se tratar de um crime de abuso, os nomes dos envolvidos não foram divulgados.

Não dá para aceitar nem o padrasto e muito menos a mãe. Esta última nem merece o nome de mãe. Coitada desta criança! Aliás nenhum dos dois merecem menos que cadeia e se possível algumas surras por dia!

Além disto é indispensável saber que qualquer um de nós pode denunciar violência sexual.

Em casos flagrantes de violência sexual, o 190, da Polícia Militar, é o melhor número para ligar e denunciar a agressão. Policiais militares em patrulhamento também podem ser acionados.

O Ligue 180 também recebe denúncias, mas não casos em flagrante, de violência doméstica, além de orientar e encaminhar o melhor serviço de acolhimento na cidade da vítima. O serviço também pode ser acionado pelo WhatsApp (61) 99656-5008.

Legalmente, vítimas de estupro podem buscar qualquer hospital com atendimento de ginecologia e obstetrícia para tomar medicação de prevenção de infecção sexualmente transmissível, ter atendimento psicológico e fazer interrupção da gestação legalmente. Na prática, nem todos os hospitais fazem o atendimento.

Como está difícil aceitar certas coisas!

2. Esta é demais!

Um homem foi preso por suspeita de perseguir e tentar atropelar a ex-esposa em Morrinhos, na região central de Goiás.

Que tal esta?

Vítima foi perseguida pelo ex-companheiro, mostram as imagens. Vídeo de uma câmera de segurança mostra o momento em que a mulher corre pela rua enquanto o homem vem logo atrás dela, dentro de um carro.

Mulher chega a subir no portão de uma casa e grita por socorro. Na sequência, o homem avança com o automóvel, atinge o portão e a vítima cai no chão.

Com a mulher caída no chão, o homem tenta atropelá-la novamente. Ela se levanta rapidamente, consegue entrar na residência e pede ajuda dos moradores.

Ao ver que a mulher conseguiu ajuda, o homem dá marcha à ré e foge do local. Ele foi preso em flagrante pouco tempo e estava com sinais de

embriaguez, segundo a Polícia Militar de Goiás.

Mulher, que era vítima de violência doméstica, já tinha e medida protetiva contra o ex-marido. Em depoimento, ela relatou que antes de persegui-la com o carro, o homem tinha ido até seu local de trabalho.

Justiça de Goiás manteve a prisão preventiva do homem durante audiência de custódia. Ele responderá por tentativa de feminicídio e embriaguez ao volante.

Casos de violência doméstica são, na maior parte das vezes, cometidos por parceiros ou ex-companheiros das mulheres, mas a Lei Maria da Penha também pode ser aplicada em agressões cometidas por familiares.

Está ficando muito difícil aceitar estas coisas. Pode ser que alguns digam: isto sempre aconteceu.

3. Muito interessante!

Entre janeiro e fevereiro deste ano, 10.000 brasileiros foram ouvidos sobre quase 200 perguntas relativas a temas que rendem acaloradas discussões dentro e fora das redes sociais.

Isto é importante para a gente ver como anda este país. Para se ter uma ideia apenas 11 por cento do eleitorado está preocupado com direita e esquerda e isto significa 18 milhões de pessoas que tem posições e não mudam e conserva suas militâncias.

A pesquisa constatou que a maioria da população, ou 54% é absolutamente desapaixonada de política, não reza a cartilha de nenhum partido, evita entrar no ringue ideológico e tem a capacidade de flutuar da esquerda à direita em temas que costumam dividir a sociedade.

Faço parte desta turma que confia nas instituições e que ignora os donos da verdade e a turma da esquerda e da direita. Mesmo portando 88 milhões de brasileiros, classificados como “invisíveis”, que se mantêm ao largo desse clima

de polarização.

Os pesquisadores dividiram a sociedade em seis segmentos distintos, um especial um espectro bem mais amplo do que a dualidade costumeira!

São eles: os progressistas militantes ou radicais, a esquerda tradicional, os patriotas indignados ou radicais, os conservadores tradicionais, os desenganchados e os cautelosos.

Os radicais de esquerda e de direita representam, respectivamente, 5% e 6% da população. Organizado e com uma adesão automática à agenda defendida por seus principais líderes tais como o presidente Lula ou Jair Bolsonaro

Esse grupo é o mais escolarizado, se engaja em manifestações e parte para o embate retórico sempre que possível São os regentes do clima de confronto.

Alinhados aos radicais, mas pouco mais moderados estão a esquerda e os conservadores tradicionais, que somam 14% e 21%, respectivamente. Ambos têm algum grau de identidade partidária, mas não é sempre que dão eco a temas políticos e que se engajam nos debates.

Os invisíveis ” representam mais da metade do eleitorado, é menos escolarizado, mais pobre e religioso e tende a ser conservador nos costumes e esperar maior assistência do Estado e se dividem entre os “desenganchados” e os “cautelosos”.

Os invisíveis não compartilham notícias nas redes sociais, não discutem com a família e não vão a protestos simplesmente porque sentem que expressar a opinião política não vale a pena.

Preferem então ficar em silêncio. Segundo dizem eles têm uma elaboração muito pragmática, voltada para o serviço público e a oferta de empregos.

Nas últimas eleições, cerca de 25% dos invisíveis votaram nulo, em branco ou ignoraram a eleição e

significa descontentamento!

Alguns dizem que eles não têm afeto por liderança política nenhuma, mas é isso que os fazem diferentes e cortejados.

Nas pesquisas mensais que fazemos, constatamos que há 20% dos 'invisíveis' mais à direita, 20% mais à esquerda e 10% que se mostram de fato independentes afirmar os que atuam na área.

Pode-se dizer que uma minoria organizada consegue ter um impacto relevante porque há uma maioria dispersa.

Os que atuam na área afirmam que cerca de 2 milhões de publicações são efetuadas por dia sobre política. Desse total, quase a metade cita nominalmente o presidente Lula ou o ex-presidente Jair Bolsonaro, mas na minha convicção ambos poderiam sumir de vez!

Seria triste demais para este país ter que aguentar Lula de novo porque não acredito que Bolsonaro esteja de volta!

É muito difícil agora falar em uma ou outra pessoa para esse nosso Brasil porque sabemos que muita gente está apenas esperando qual virá porque é preciso que tenhamos uma disputa pelo voto que não apenas atuem como moralistas, mas que sejam efetivamente moralistas corretos, que tenham como base o trabalho, o respeito, a paz e a Justiça.

Não seria o suficiente? Dá para pensar deste jeito com Lula ou Bolsonaro de Novo? Impossível. Espero que os dois sumam para sempre!

Tudo isto por que não nos interessa polêmica, time, viés ideológico! Queremos qualidade de vida e não armadilhas.

Vamos liberar nosso Brasil de porcarias e incoerências que estamos presos. Vida Nova, meu Deus!!!

Ótimo fim de semana, saúde a paz sempre!

Grande e afetuoso abraço!

Joaçaba não está nas cidades de Santa Catarina com melhor saúde: ranking atualizado

Conheça as cidades de Santa Catarina com melhores indicadores de saúde e descubra como hospitais e políticas públicas melhoram a qualidade de vida

Descubra quais municípios se destacam pela qualidade dos serviços de saúde e indicadores que garantem bem-estar à população. (Quadro abaixo).

Os indicadores de saúde são termômetros essenciais para medir não apenas a qualidade de vida de uma população, mas também o desempenho dos serviços públicos e a sustentabilidade de uma economia. As cidades de Santa Catarina com melhores indicadores de saúde destacam-se por oferecer acesso eficiente a hospitais, programas de prevenção e políticas eficazes.

Neste artigo, apresentamos o ranking

das cidades catarinenses que se sobressaem em saúde pública, um fator que atrai novos moradores, profissionais qualificados e fortalece o desenvolvimento econômico local.

Fatores Críticos que Influenciam os Indicadores de Saúde em SC

Os municípios ranqueados investem em uma combinação estratégica de serviços e infraestrutura que vai além dos hospitais. Esses elementos são a base para um crescimento sustentável e uma população mais saudável:

Saneamento Básico e Ambiental: Este é um fator crucial, pois o estado de SC, apesar da

alta qualidade de vida, ainda enfrenta desafios. Dados recentes mostram que apenas cerca 29% da população catarinense é atendida por rede de esgoto. Cidades no topo do ranking se destacam justamente por terem índices de cobertura muito superiores à média estadual, o que impacta diretamente na prevenção de doenças.

Cobertura e Eficiência da Atenção Básica: Prioridade em Unidades Básicas de Saúde (UBS), equipes de Saúde da Família e programas de prevenção.

Acesso e Qualidade Hospitalar: Disponibilidade de hospitais de alta



complexidade e clínicas especializadas por habitante, garantindo atendimento de referência.

Índices de Vacinação e Controle: Altas taxas de vacinação e

monitoramento eficaz de doenças preveníveis, refletindo a organização da saúde pública municipal.

Número de Profissionais de Saúde por Habitante: Densidade adequada de médicos, enfermeiros e agentes de saúde, garantindo a qualidade e o acesso ao atendimento.

Sustentável

Investir em saúde pública gera um círculo virtuoso de benefícios diretos para a população e a economia:

Redução de Custos Sociais: Diminuição da mortalidade infantil, doenças evitáveis e absenteísmo no trabalho.

Posição	Cidade	Destaque do Indicador de Saúde	Foco Principal
1º	Florianópolis	Liderança em Atenção Primária à Saúde	Ampla rede hospitalar universitária e alta qualidade de vida.
2º	Jaraguá do Sul	Baixa Mortalidade Infantil e alta cobertura de UBS	Serviços de atenção básica eficientes e foco em prevenção.
3º	Joinville	Rede hospitalar de Referência Regional	Maior cidade do estado com grande número de leitos e clínicas especializadas.
4º	Blumenau	Eficiência da Gestão de Saúde Preventiva	Unidades básicas de saúde com foco em campanhas e atendimento de rotina.
5º	Chapecó	Polo de Saúde do Oeste Catarinense	Hospitais de alta complexidade que atendem toda a região.
6º	Balneário Camboriú	Alta Cobertura de Saúde (Pública e Privada)	Investimento em prevenção e serviços de alta qualidade.
7º	Criciúma	Investimento em Centros de Excelência e Saúde Pública	Melhoria contínua dos índices de atenção básica.
8º	Itajaí	Infraestrutura Hospitalar Moderna	Programas de saúde pública bem estruturados e foco no saneamento.
9º	São José	Rede de Saúde Distribuída e Acessível	Proximidade da capital e programas municipais de prevenção.
10º	Tubarão	Melhorias Recentes em Infraestrutura	Polo de referência para o Sul do estado em serviços básicos.

Ranking: As 10 Cidades de Santa Catarina com Melhores Indicadores de Saúde

Este ranking considera a integração entre a infraestrutura hospitalar, a eficiência da atenção básica e a gestão de indicadores de saúde pública (como taxas de mortalidade infantil e cobertura de saneamento).

Destaque: A Importância do Fator Saneamento

Cidades como Jaraguá do Sul e Florianópolis lideram em muitos índices por terem uma cobertura de saneamento básico entre as melhores do país. O investimento em água tratada e tratamento de esgoto é um indicador de saúde indireto, mas de impacto maciço, pois reduz doenças e economiza recursos no tratamento de pacientes.

O Impacto da Saúde de Excelência no Crescimento

Melhoria na Qualidade de Vida (IDH): População mais saudável vive melhor e por mais tempo, aumentando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal.

Atração de Capital Humano e Investimentos: Profissionais e empresas de alto valor buscam cidades com infraestrutura de saúde confiável.

Desenvolvimento Econômico Local: A infraestrutura de saúde, incluindo hospitais e clínicas, gera empregos e movimenta o setor de serviços.

As cidades de Santa Catarina com melhores indicadores de saúde provam que a atenção integral ao cidadão é um pilar fundamental do crescimento sustentável e da qualidade de vida, tornando-se referência nacional em políticas públicas eficazes.

Dia do Empreendedorismo Feminino: Santa Catarina tem mais de 1,2 milhão de mulheres empreendedoras

O Dia Internacional do Empreendedorismo Feminino, **celebrado nesta quarta-feira, 19**, é marcado pelo crescimento da participação de mulheres no comando e no quadro societário de empresas em Santa Catarina. Conforme dados da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc), o estado tem mais de 1,25 milhão de mulheres empreendedoras, número que tem crescido nos últimos anos.

As mulheres representam 38,2% do total de empreendedores considerando o volume de empresas ativas em Santa Catarina. No entanto, somente entre as empresas abertas em 2025 elas representam 40,8%. Ou seja, a participação de mulheres cresceu, principalmente com micro e pequenas empresas. Apenas neste ano foram quase 140 mil mulheres registradas como proprietárias ou sócias de empresas.

“O crescimento da participação de mulheres liderando as empresas reflete a força e a capacidade feminina. Elas

estão empreendendo mais, inovando e investindo. E o empreendedorismo feminino é uma das prioridades do governador Jorginho Mello e minha. Por isso investimos na criação e manutenção de iniciativas como o Pronampe Mulher e os programas Mulheres+Tec e Mulheres+Pesquisa. Ações essenciais para que as catarinenses tenham mais opções para criar suas empresas, garantindo sua independência e gerando emprego e renda”, destacou a vice-governadora Marilisa Boehm.

Mulheres na indústria, comércio e serviços

Conforme os dados da Jucesc, as mais de 1,25 milhão de empreendedoras catarinenses atuam em diversos setores econômicos.

A maior parte empreende no comércio e reparação de veículos, com participação de 343 mil mulheres sócias e proprietárias. Na sequência aparecem os setores de indústria da transformação (158 mil) e atividades administrativas e serviços complementares

(101 mil).

Distribuição pelos principais setores econômicos

Total: 1,25 milhão

- ✓ Comércio e reparação de veículos: 343 mil
- ✓ Indústria da transformação: 158 mil
- ✓ Atividades administrativas e serviços complementares: 101 mil
- ✓ Alojamento e alimentação: 95 mil
- ✓ Atividades profissionais, científicas e técnicas: 91 mil
- ✓ Outras atividades de serviços: 87 mil
- ✓ Saúde humana e serviços sociais: 70 mil
- ✓ Construção: 56 mil
- ✓ Atividades imobiliárias: 54 mil
- ✓ Transporte, armazenagem e correio: 49 mil

Para a vice-presidente da Junta Comercial do



Empresária catarinense Suzana Santos, de São João Batista

Estado de Santa Catarina (Jucesc), Fabiana Everling, o empreendedorismo feminino gera um ciclo positivo na economia. “Esses números mostram sobretudo um grande empreendedorismo feminino e isso se dá por diversos fatores.

A mulher saiu em busca do seu próprio negócio, de legalizar as atividades que eventualmente ela já desenvolvia sem essa formalização. A mulher tem se qualificado cada vez mais e aí ela empreende no seu próprio negócio. E, além de fazer a sua renda, ela gera renda, gera emprego”, destaca. **Empresária de São João Batista comanda indústria calçadista**

Uma das mais de 1,25 milhão de empreendedoras

catarinenses é Suzana Santos, líder da fábrica que leva o seu nome e produz calçados femininos em São João Batista. Em todas as plantas da empresa, em Santa Catarina e na Bahia, são mais de 2,5 mil funcionários que trabalham na produção de sandálias, tênis, tamancos e rasteirinhas.

“Hoje a gente atende em todos os estados e exporta para uma média de 25 países. A gente é uma empresa muito inovadora e pensa muito em evoluir, buscar as mudanças que o mercado pede, então a gente desenvolve os produtos de acordo com as necessidades do consumidor”, explica Suzana Santos.

A indústria é familiar e hoje é tocada por Suzana e pelo seu irmão. Ela é

responsável pela parte comercial, estilo, criativo, bem como marketing. Com o sucesso da marca, a empresa verticalizou a produção e passou a fabricar também parte da matéria-prima. Conforme Suzana, empreender em Santa Catarina tem diversas vantagens.

“Santa Catarina é um estado próspero, é um estado que tem muita oportunidade e mão de obra qualificada. Aqui a parte da logística é muito diferente, temos mais opções. A gente também está próxima da maioria dos clientes, daqueles estados que tem grande potencial de venda”, explica.

Por Murici Balbinot | Assessoria de Comunicação Secretária de Estado de Indústria, Comércio e Serviço



Indústria fabrica sandálias, tênis, tamancos e rasteirinhas



INTERATIVA CONTABILIDADE

**ABERTURA DE EMPRESAS - ESCRITA FISCAL - CONTABILIDADE - IMPOSTO DE RENDA
- DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - CONTABILIDADE GERENCIAL - CUSTOS**

FONE: (49) 3521-2672 - Rua Getúlio Vargas, 78 - Ed. Bonato - Centro 89600-000 - Joaçaba - SC.

TILÁPIA NA LISTA DA CONABIO

ESTADO PODE PERDER ATÉ R\$1,2 BILHÃO POR ANO

Queda de produção, redução de preços e perda de competitividade é o cenário que assombra cerca de 30 mil produtores dependentes da atividade de pesca da tilápia

A inclusão da tilápia na lista de espécies exóticas invasoras e a liberação da importação do pescado vietnamita criaram um cenário de risco econômico para Santa Catarina.

O Estado, que movimenta mais de R\$1,2 bilhão por ano com a cadeia da tilapicultura, pode enfrentar queda de produção, redução de preços e perda de competitividade.

A restrição ambiental proposta pela Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, tende a afetar diretamente novos licenciamentos e ampliações. Segundo cálculos de entidades do setor, até 35% dos investimentos previstos para os próximos três anos podem ser suspensos, o que representa cerca de R\$ 300 milhões somente em Santa Catarina.

Impacto na renda

Com cerca de 30 mil produtores dependentes da atividade, a chegada de peixe importado a preços mais baixos deve pressionar o mercado interno. Projeções indicam: queda de até 20% no preço pago ao produtor, devido à competição com produtos de menor custo; perda de até R\$450 milhões em receita anual no Estado e possibilidade de fechamento de 800 a 1.000 unidades produtivas familiares em cenários mais críticos.

O secretário executivo de Aquicultura e Pesca de Santa Catarina, Tiago Bolan Frigo, avaliou o anúncio como grave.



Tiago Frigo, secretário de Aquicultura e Pesca de SC: "toda a cadeia produtiva pode ser prejudicada"

Ele afirmou que a combinação entre restrições ambientais e importação "pode quebrar pequenos produtores", chamando a decisão federal de "irresponsabilidade".

"Estamos muito assustados. Isso aqui é o ganha-pão da gente. Se o mercado for tomado por importados, toda a cadeia produtiva pode ser prejudicada", alertou. Ele destacou que o primeiro carregamento de tilápia do Vietnã já chegou ao país destinado à JBS, acendendo o alerta no setor.

Risco sanitário

Além do impacto econômico, o setor teme riscos sanitários. A importação já foi vetada anteriormente em razão do Tilapia Lake Virus, que causou colapsos produtivos em outros países.

"Não podemos deixar que uma importação sem análise de risco concluída ponha em perigo a sanidade da piscicultura catarinense", afirmou o secretário, lembrando que Santa Catarina é referência nacional em biossegurança.

Empregos sob ameaça

A cadeia da tilápia envolve: produção rural; frigoríficos e indústrias de filetagem; logística e distribuição, além do comércio atacadista e varejista.

Somados, esses segmentos representam cerca de 12 mil empre-

gos diretos e 20 mil indiretos no Estado.

Nos cenários estudados por economistas do setor, a combinação de restrições ambientais e pressão de importados pode resultar em: redução de 25% na capacidade industrial até 2027; desemprego entre 4 e 6 mil trabalhadores; encolhimento de até 40% no volume exportado da proteína, caso o vírus seja detectado ou haja barreiras internacionais.

Estado prepara reação

O secretário informou que o tema já foi discutido com o governador Jorginho Mello e que o Estado avalia medidas judiciais. "Vamos tomar todas as providências possíveis para proteger os empregos e a qualidade da nossa produção", afirmou.

O governo teme ainda um efeito colateral: a falta de informação ao consumidor. "Como o cidadão vai saber se está comprando peixe do Vietnã ou produto catarinense, com toda a rastreabilidade que garantimos?", questionou.

Cenário incerto

Economistas do setor avaliam que, se nada for revertido, Santa Catarina pode acumular perdas entre R\$750 milhões e R\$1,2 bilhão por ano, considerando queda de preços, estagnação produtiva e substituição por importados.

CREA-SC reforça presença no Vale do Itajaí

A inauguração da nova sede da Inspeção de Blumenau do Crea-SC reuniu autoridades, conselheiros, lideranças regionais e representantes de entidades de classe. Localizada na Rua Timbó, no bairro Victor Konder, a estrutura reforça a presença institucional do Conselho no Vale do Itajaí e amplia o atendimento aos profissionais.

Com 1.103 m², o prédio foi projetado para ser moderno, sustentável e acessível. A nova sede conta com auditório para 100 pessoas, sala para entidades de classe, coworking para profissionais, posto CredCREA e estacionamento próprio. A obra — iniciada em janeiro de 2024 e executada pela R2 Engenharia — recebeu investimento de R\$4,5 milhões. O projeto arquitetônico é assinado pela Métrica Engenharia Integrada.



Kita Xavier, presidente do Crea SC: "mais próximo dos profissionais"

Durante a inauguração, o presidente do CREA-SC, Eng. Kita Xavier, afirmou que o espaço "materializa o compromisso de estar cada vez mais próximo dos profissionais e da sociedade catarinense, com ética, transparência e eficiência".

O inspetor-chefe, Eng. Jonas Dieter Oehlemann, destacou que Blumenau possui alta demanda e forte atuação técnica: "A nova estrutura foi pensada para acolher, conectar e fortalecer os profissionais da região".

Aurora Coop amplia posição no mercado internacional

A conclusão do investimento de R\$ 210 milhões na modernização e ampliação da unidade de abate e processamento de aves em São Silvestre, Tapejara (RS), marca um avanço estratégico da Aurora Coop no mercado global de proteína animal.

Segundo o presidente Neivor Canton, a nova unidade, recém inaugurada, fortalece a competitividade, amplia o portfólio com o frango griller e consolida a cooperativa entre os principais exportadores brasileiros.

A modernização da planta garante à cooperativa habilitação para ampliar sua presença no Oriente Médio,



Neivor Canton, presidente da Aurora Coop: "avanço estratégico"

acessar nichos premium e consolidar parcerias de longo prazo. Ao mesmo tempo, fortalece a atuação em mercados emergentes da África, combinando expansão internacional com segurança comercial e flexibilidade frente a eventuais crises sanitárias ou regulatórias.

NÃO ENCONTRA O PROFISSIONAL CERTO PRA VAGA?



Anuncie a vaga em

TRABALHE NA INDÚSTRIA. COM.BR

Anuncie gr

FIESC

FIESC, SESI, SENAI, IEL e CIESC

GAECO e GEFAC deflagram Operação Intramuros para combater facção que controla crimes dentro e fora dos presídios catarinenses

Estão sendo cumpridos 8 mandados de prisão preventiva e 30 mandados de busca e apreensão, simultaneamente, em 13 municípios catarinenses. Essa é a primeira operação do GAECO que conta com a participação do GEFAC, o Grupo Estadual de Enfrentamento a Facções Criminosas do MPSC. Mais de 104 agentes estão mobilizados nas ruas e em unidades prisionais para o cumprimento das ordens judiciais, com destaque da participação de equipes especializadas da Polícia Penal.

Na manhã de ontem (19/11), o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) deflagrou a operação "Intramuros", que contou, pela primeira

vez, com a participação do Grupo Estadual de Enfrentamento a Facções Criminosas (GEFAC) do Ministério Público de Santa Catarina. A ação foi realizada em apoio ao Procedimento Investigatório Criminal conduzido pela 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Curitiba.

Estão sendo cumpridos 8 mandados de prisão preventiva e 30 mandados de busca e apreensão, expedidos pela Vara Estadual das Organizações Criminosas, contra suspeitos de integrarem uma organização criminosa. As ordens judiciais estão sendo cumpridas de forma simultânea nos municípios de Lages, São Joaquim, Videira, Pescaria Brava, Rio do Sul, São José, Palhoça, Laguna, Balneário

Piçarras, Santa Cecília, Correia Pinto e São Cristóvão do Sul.

Durante a operação, até o momento, foram realizadas, cinco prisões em flagrante: uma por integrar organização criminosa e lavagem de capitais, três por porte de drogas e uma por porte ilegal de arma de fogo.

O objetivo principal da operação é desarticular as atividades de uma organização criminosa que atua tanto na cidade de Lages quanto nessas outras cidades do Estado.

A investigação teve apoio em uma ação articulada com a Inteligência da Polícia Penal, onde foram identificados indícios da prática de crimes pelos investigados com a utilização de aparelhos de telefonia celular no interior de unidades prisionais.

A ação integrada, que contou com o auxílio do Departamento de Polícia Penal, notadamente no interior dos estabelecimentos prisionais, com a participação da Diretoria de Segurança e Operações da Polícia Penal, que busca aprofundar a investigação e reunir novos elementos que auxiliem na apuração dos crimes praticados pela organização criminosa com ênfase na prática de tráfico de drogas, homicídios e delitos correlatos.

Operação Intramuros

O nome "INTRAMUROS" advém do fato de que os investigados, em tese, integrantes de organização criminosa estariam atuando na prática de crimes de dentro da unidade prisional e contavam com

a participação de indivíduos em liberdade.

Os materiais de relevância investigativa apreendidos durante as diligências serão encaminhados à Polícia Científica, que realizará exames e emitirá os laudos periciais. Essas evidências serão analisadas pelo GAECO para dar prosseguimento as diligências investigativas, identificar outros envolvidos e aprofundar a apuração de eventual rede criminosa.

A investigação tramita em sigilo e, assim que houver a publicidade dos autos, novas informações poderão ser divulgadas.

GAECO

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) é uma força-tarefa conduzida pelo Ministério Público de Santa Catarina e

composta pela Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal, Receita Estadual e Corpo de Bombeiros Militar, e tem como finalidade a identificação, prevenção e repressão às organizações criminosas.

GEFAC

O Ministério Público de Santa Catarina, conta com o Grupo Estadual de Enfrentamento a Facções Criminosas (GEFAC), composto por membros especializados do Ministério Público, cujo objetivo é promover o enfrentamento a facções criminosas e aos crimes praticados por seus integrantes, em casos de elevado grau de complexidade e gravidade.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC



Somos especialistas em Saúde e Segurança no Trabalho (SST), dedicada a orientar as empresas no **compromisso com o bem-estar de seus colaboradores.**

Nosso WhatsApp
(49) 3521-2799

Dificuldades dos produtores de tilápia, arroz e leite pautam sessão da Alesc

Desafios na comercialização e concorrência por importação de tilápia, leite e arroz pautaram o debate na Alesc

Tilápia: Intranquilidade e Importação

A preocupação com milhares de famílias catarinenses que se dedicam à produção de tilápia, leite e arroz, os desafios encontrados na comercialização, assim como a concorrência enfrentada com a importação destes produtos, pautaram a sessão desta terça-feira (18) na Assembleia Legislativa.

Ao informar que 3 mil famílias atuam no cultivo de tilápias em Santa Catarina, o deputado Junior Cardoso (PRD) disse que, apesar do Ministério do Meio Ambiente confirmar que não há qualquer proibição para a atividade, os produtores estão intranquilos com classificação anunciada pelo órgão federal.

“A classificação da espécie como exótica e invasora, mesmo sendo uma medida técnica e preventiva, aumenta a segurança jurídica entre os produtores, paralisa os investimentos no setor e foi criticada pela Associação Brasileira de Piscicultura.”

Junior Cardoso afirmou ainda que a tilápia representa mais de 68% do pescado cultivado no Brasil, e agora os produtores brasileiros estão preocupados com a possibilidade de importação do peixe oriundo do Vietnã.

Em aparte, o deputado Emerson Stein (MDB) reiterou que a tilápia cultivada em Santa Catarina é uma das melhores do Brasil e que, quando esteve à frente da Secretaria de Meio Ambiente e da Economia Verde, autorizou a outorga da água, viabilizando a piscicultura no território catarinense.

Crise do Arroz e do Leite

Segundo o deputado Lunelli (MDB), os agricultores das culturas de arroz e leite enfrentam um dos períodos mais difíceis das últimas décadas no país. O parlamentar relatou que no norte de Santa Catarina a produção de arroz tem batido recordes, em torno de oito toneladas por hectare.

“Em cada venda eles perdem dinheiro, pois o preço da saca no mercado está de R\$ 55 a R\$ 60, enquanto os custos do produtor passam de R\$ 80. A maior parte destes produtores têm área arrendada e estão trabalhando no vermelho.”

Quanto ao leite, Lunelli informou que em torno de 1.500 produtores deixaram a atividade no Estado, além de enfrentarem, conforme o parlamentar, uma concorrência desleal e predatória, com a importação do produto.

“Uma crise estrutural

sem precedentes no setor. Um conjunto de ações precisa ser implantada para a sobrevivência do Brasil que produz de verdade. No arroz, políticas de preço mínimo e de crédito com juros realistas. A cadeia do leite merece ser protegida e lutaremos todos os dias pela causa.”

Dia Nacional da Consciência Negra

Ao lamentar a fala racista e xenófoba de uma torcedora no jogo Avaí x Remo no último sábado, o parlamentar anunciou a apresentação de um projeto de lei sobre o tema.

“Em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, vamos apresentar um projeto de lei para resignificar o 13 de maio em Santa Catarina. O Dia R tem o objetivo de educar para não repetir, para que o nosso estado tenha uma educação transformadora, antirracista.”

Motoboys e Novas Normas

O deputado Sérgio Guimarães (União) parabenizou os motoboys pela manifestação realizada nesta segunda-feira (17) no Detran da Capital, com a presença de 300 pessoas.

“Estes trabalhadores que enfrentam no dia a dia este trânsito maluco de Santa Catarina, em particular da Grande Florianópolis, não podem ser prejudicados por normas anunciadas



recentemente. Conseguimos com a mobilização um prazo de seis meses para discutir a lei, e hoje pela manhã o Ciretran ampliou o prazo para um ano.”

O parlamentar informou que no Estado há 150 mil motoboys em atividade, categoria que merece respeito e valorização, motivo pelo qual uma nova reunião foi marcada no Detran e no Ciretran para a próxima segunda-feira, dia 24 de novembro.

Missão do Comitê Integra aos EUA

O deputado Mário Motta (PSD) fez um balanço da missão do Comitê Integra aos EUA, na semana passada. A comitiva passou por Washington e Nova Iorque e fez visitas a instituições de ensino na busca por exemplos bem-sucedidos de promoção da cultura de paz e

cidadania nas escolas.

Segundo o parlamentar, a visita possibilitou ao Integra ter informações para um programa piloto, denominado Aurora, voltado à mediação de conflitos, escuta dos alunos e cuidados com a saúde mental da comunidade escolar, que será financiado com recursos de emendas impositivas. Além disso, foi celebrado um acordo entre Santa Catarina e os Estados Unidos para troca permanente de informações sobre o tema.

“Não existe investimento mais urgente, mais responsável e mais determinante que aquele que cuida da saúde mental de nossas crianças e adolescentes”, disse o deputado. “Não podemos esperar mais, cada dia sem ação custa oportunidades, sofrimento e pode custar vidas.”

Projetos Aprovados em Plenário

Os deputados aprovaram na tarde de terça o Projeto de Lei Complementar (PLC) 27/2025, de autoria do Ministério Público Estadual (MPSC), que eleva de entrância inicial para entrância final o status da Promotoria de Justiça de Pinhalzinho, no Extremo Oeste. O projeto foi aprovado com o voto contrário do deputado Jessé Lopes (PL).

Conforme o MPSC, a medida é necessária pela crescente demanda processual da comarca, que motivou o Poder Judiciário a criar a 2ª Vara de Justiça de Pinhalzinho. As entrâncias são classificações administrativas das promotorias e, em Santa Catarina, dividem-se em inicial (comarcas menores), final (comarcas médias) e especial (comarcas maiores).

O Plenário também aprovou o PL 370/2025, de autoria do deputado Pepê Collaço (PP), que reconhece o município de Paulo Lopes como Capital Catarinense da Lagoa do Coração, em alusão à lagoa em formato de coração que representa um dos principais atrativos turísticos da cidade.

Os dois projetos seguem para análise do governador.



Reitor da Unoesc é homenageado com a Medalha 60 anos da Administração



O Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA-SC) promoveu, na noite de segunda-feira (17), no Auditório Azul do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), em Florianópolis, uma solenidade em celebração ao “Jubileu de Diamante da Profissão de Administração”. O evento destacou as seis décadas de conquistas e de evolução de uma das áreas mais estratégicas para o desenvolvimento do país.

A cerimônia foi marcada pela homenagem a personalidades e instituições, em reconhecimento às contribuições para o fortalecimento da profissão no Brasil e do CRA em Santa Catarina. O reitor da Unoesc, professor Ricardo Antonio De Marco, foi um dos agraciados com a “Medalha 60 anos da Administração”.

— Receber a distinção do CRA-SC é uma honra que

compartilho com toda a comunidade acadêmica da Unoesc, pois representa o reconhecimento ao trabalho que realizamos de forma coletiva, com responsabilidade e foco no desenvolvimento regional. A homenagem reafirma nosso compromisso com a formação de profissionais qualificados e com a contribuição para o avanço da área no estado e no país — ressaltou o reitor, que é graduado e Mestre em Administração.



Novos membros do Conselho Municipal de Esportes de Joaçaba – Biênio 2026/2027



Na tarde de segunda-feira (17), foi realizada no gabinete do prefeito a Assembleia Geral que definiu a nova composição do Conselho Municipal de Esportes (CME) de Joaçaba. O órgão passa a contar com quatro membros indicados pelo Executivo — Renan Pazin, Anderson Andres, Sérgio Rodrigo Martins dos Santos e Eliane Cardoso, e quatro representantes das entidades esportivas que atuaram no fomento à formação em 2025: Fernando Ferreira, Priscila Roesler,

Ricardo Nuernberg e Wellington da Silva, além de Leticia Andres como suplente.

Durante o encontro, o presidente que encerra o mandato, Yuri Godoi, destacou os avanços obtidos no período, entre eles o fortalecimento da atuação dos conselheiros, a modernização da legislação esportiva municipal, que resultou na Lei Geral do Esporte (Lei nº 5.650/2023), e a criação do Prêmio Mérito Esportivo, iniciativa que passou a reconhecer e valorizar personalidades

do esporte local.

Após as indicações e o processo de votação, a nova Mesa Diretora foi definida com Fernando Ferreira como presidente, Anderson Andres como vice-presidente, Priscila Roesler como primeira secretária e Eliane Cardoso como segunda secretária. A posse oficial da nova composição do CME será realizada no dia 3 de dezembro, no Teatro Alfredo Sigwalt, durante a terceira edição do Prêmio Mérito Esportivo.

Dirigente da Associação Mátria defende competição feminina exclusiva para mulheres biológicas

A diretora da Associação Mátria, Celina Lazzari, defendeu na manhã desta terça-feira (18), na Comissão de Esportes e Lazer, a valorização da mulher no esporte. O foco do pronunciamento da dirigente foi buscar a preservação das competições femininas para atletas nascidas mulheres.

Segundo disse, participantes transgêneros, mesmo que passem por tratamentos de supressão de testosterona, continuam contando com diferenças físicas significativas — como capacidade cardiorrespiratória, densidade óssea e força — que acabam por reduzir a competitividade das mulheres e, por



consequência, criando uma situação injusta.

“Então a gente tem visto um discurso que vem sendo vendido como um discurso de inclusão, mas que na prática acaba excluindo as mulheres e as meninas de competir de forma justa e com segurança, tanto em categorias amadoras quanto esportivas. Isso não tem a ver necessariamente com esportes de elite, mas sim

com o direito das mulheres de poder competir entre elas e em igualdade de condições.”

Ao final, o deputado Mauro De Nadal (MDB), que abriu espaço na comissão para a participação de Celina Lazzari, declarou que as informações apresentadas serão importantes para subsidiar os deputados na formulação e votação de projetos e iniciativas voltadas ao tema.

Irani conquista 3º lugar e é destaque na categoria Florestal, Celulose e Papel no prêmio TOP 100 Open Corps

Empresa também foi premiada na categoria Middle Market e performou no ranking geral das 100 empresas

Uma das principais indústrias de papel e embalagens sustentáveis do Brasil, a Irani integrou pelo quinto ano consecutivo o TOP 100 Open Corps, ranking de empresas brasileiras que mais se destacam no ecossistema de inovação aberta. Na edição deste ano, a companhia também foi reconhecida como 3ª colocada no setor Florestal, Celulose e Papel, ficando entre as 10 primeiras na categoria Middle Market e performando no Ranking Geral das 100.

A premiação, realizada no Copacabana Palace na segunda-feira (17), é organizada anualmente pela 100 Open Startups, plataforma pioneira e líder em open

innovation na América Latina. A Gerente de Marketing e Inovação, Andrea Quintana; o Gerente de Saúde, Segurança, Qualidade e Sustentabilidade, Leandro Farina; a Analista de Pesquisa e Desenvolvimento, Gabriela Madella Kranz; e o Coordenador de Desenvolvimento de Produto, Robson Diego Alves, receberam o troféu em nome da Irani.

Para o diretor-presidente da Irani, Sérgio Ribas, a presença da companhia no TOP 100 Open Corps reflete o compromisso contínuo com a inovação e o fortalecimento de parcerias estratégicas com startups. “Acreditamos que a inovação aberta é um caminho essencial para acelerar o

desenvolvimento de novas soluções e ampliar nossa competitividade num mercado em constante transformação”, afirma. Ele destaca que, como resultado dessas conexões, a companhia conduziu mais de 30 provas de conceito, validando soluções com alto potencial de impacto para processos internos e produtos.

Entre as iniciativas que contribuíram para o destaque da empresa no cenário nacional está a realização de quatro edições do Irani Labs, além do formato contínuo Irani Labs On Demand, voltado à resolução de desafios específicos do negócio em parceria com as áreas técnicas. Ao longo desta jornada, a Irani já se conectou com mais de 400 startups, explorando mais de 15 temáticas estratégicas, entre elas embalagens sustentáveis e novos materiais, gestão de resíduos, tecnologias da Indústria 4.0 (com foco em produção, segurança e produtividade) e inovações florestais.

Além do programa de inovação aberta, a companhia também realizou investimentos em startups estratégicas com o negócio, através do programa Irani Ventures. Hoje o portfólio do veículo é composto por 4 startups que atuam dentro da gestão de resíduos e novos materiais, especialmente.

Sobre a Irani

Fundada em 1941, a Irani Papel e Embalagem é hoje uma das líderes do setor de embalagens sustentáveis no Brasil. Controlada desde 1994 pelo Grupo Habitasul, tradicional grupo empresarial da região Sul do país, produz papeis para embalagens, chapas e caixas de papelão ondulado, assegurando o



fornecimento de produtos de matéria-prima renovável com alta qualidade. Alinhada às boas práticas da economia circular, tem produção integrada às florestas próprias e utiliza energia autogerada. Conta com unidades produtivas localizadas em

Vargem Bonita (SC), Santa Luzia (MG), e Indaiatuba (SP), além de responder pela gestão de florestas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com escritórios em Porto Alegre (RS) e Joaçaba (SC), tem em seus quadros mais de 2.000 colaboradores.



**Seletivo
Unoesc
Verão 2026**

**1º SEMESTRE
100%
GRATUITO**

para inscritos no Programa
Universidade Gratuita*

Inscrições e matrículas
GRATUITAS**

*Semestre gratuito válido para estudantes ingressantes, em cursos de graduação presenciais, inscritos no Programa Universidade Gratuita em 2025/1, com o pedido de Início de Letra (L) emitido até 31/03/2025 (LIMITE/UNOESC/2025).

**Isenção para o curso de Medicina, de acordo com a legislação de Transição L. 14186/2022 (LIMITE/UNOESC/2025).



AÇÃO PENAL 2696 – STF condena nove réus do Núcleo 3 da tentativa de golpe de Estado

Por Luis Fernando F Costa* (advluisfernando4219@gmail.com)

Preliminarmente, parabéns a um dos nossos Símbolos de SOBERANIA perante o Mundo: A nossa Linda e Majestosa BANDEIRA da República Federativa do BRASIL, celebrado no dia 19 de novembro!

AÇÃO PENAL 2696 – Por unanimidade, a Primeira Turma, desfalcada de um Ministro, pois Luiz Fux pediu transferência para a segunda Turma, absolveu um dos réus por insuficiências de provas e condenou os outros nove réus na Ação Penal STF-2696, que trata da tentativa de golpe de Estado. Eles integram o Núcleo 3, responsável pelo planejamento de ações violentas da organização criminosa, como o assassinato de autoridades.

Foram condenados Bernardo Romão Corrêa Netto, coronel do Exército; Fabrício Moreira de Bastos, coronel do Exército; Hélio Ferreira Lima, tenente-coronel do Exército; Rafael Martins de Oliveira, tenente-coronel do Exército; Rodrigo Bezerra de Azevedo, tenente-coronel do Exército; Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros, tenente-coronel do Exército; Wladimir Matos Soares, agente da Polícia Federal; Márcio Nunes de Resende Jr., coronel do Exército; e Ronald Ferreira de Araújo Jr., tenente-coronel do Exército.

Os sete primeiros foram condenados por todos os crimes apontados na denúncia: tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e liberdade de patrimônio tombado. Em relação aos dois últimos (Márcio e Ronald), o colegiado reenquadrou os crimes pelos quais eles foram acusados para os de associação criminosa e incitação pública de animosidade entre as Forças Armadas contra os Poderes constituídos, de menor gravidade. O general da reserva Estevam Cals Teófilo Gaspar de Oliveira foi absolvido. Vide as penas a seguir.

RESUMO DOS VOTOS – **Ministro Cristiano Zanin** – Para o ministro, a denúncia da PGR comprova claramente que parte dos réus do Núcleo 3 exerceu um poder de liderança com foco em ações de campo destinadas a monitorar e

assassinar autoridades públicas, enquanto outros executaram ações táticas para convencer e insuflar os dirigentes do alto comando do Exército a aderir ao golpe.

Por falta de provas, ele acompanhou o relator pela absolvição de Estevam Cals. A seu ver, não foi possível concluir com segurança que o general da reserva, na época chefe do Comando de Operações Terrestres (Coter) do Exército, tenha agido com intenção e consciência para o emprego das forças militares conforme as diretrizes da organização criminosa.

Ministra Cármen Lúcia – A ministra acompanhou integralmente o relator para condenar os réus cuja participação foi amplamente comprovada, destacando que esse grupo atuou de forma consciente e coordenado para fabricar narrativas falsas sobre o processo eleitoral, monitorar clandestinamente autoridades e elaborar planos operacionais para ruptura institucional.

Contra Márcio Nunes e Ronald Ferreira, a ministro votou para reenquadrar as imputações para os crimes de incitação e de associação criminosa, com possibilidade de acordo de não persecução penal, registrando uma “atuação menor” da dupla. Por fim, a ministra também acompanhou o relator pela absolvição de Estevam Cals, entendendo que não houve demonstração segura e inequívoca de sua vinculação à intenção golpista.

Ministro Flávio Dino – O presidente do colegiado, ministro Flávio Dino, acompanhou integralmente o relator. O golpe destacou que, especialmente no julgamento do Núcleo 3, é inquestionável que o Brasil sofreu uma tentativa de Estado, com planos de assassinato de autoridades e crimes contra a sociedade civil e a imprensa que, se os acontecimentos foram bem-sucedidos, levaram o Brasil a um novo regime de ditadura.

“O Brasil, mais uma vez, pela irresponsabilidade e pelo antipatriotismo de alguns, flertou e quase caiu num precipício de escuridão institucional”, afirmou. “Não era apenas um passeio no parque. Era um golpe que ia prender e matar pessoas, cassar a Constituição, a cidadania e a imprensa livre.

E isso não são conjecturas: estava escrito no planejamento apreendido com esses vários agentes públicos.”

Assim como o ministro Alexandre, Dino observou que há diferentes graus de reprovabilidade e que, por isso, as penas devem variar conforme a situação de cada réu. Ele explicou que esses níveis são definidos pelas provas das condutas atribuídas objetivamente a cada um, o que inclui a desclassificação de crimes imputados a Márcio e Ronald e a absolvição de Estevam Theophilo.

Núcleos de tentativa de golpe – O Núcleo 3 é o terceiro grupo a ser julgado pelo STF em relação à organização criminosa denunciada pela PGR por tentativa de golpe de Estado. Nos últimos meses, a Primeira Turma condenou oito réus do Núcleo 1 – Ação Penal 2668, formada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e ex-integrantes de seu primeiro escalonamento, e, depois, outros sete réus do Núcleo 4 – Ação Penal 2694, o chamado “Núcleo da Desinformação”.

O Núcleo 2 – Ação Penal 2693, apontou como responsável por editar a chamada “minuta do golpe” e por tentar impedir o voto de eleitos nas eleições de 2022, tem julgamento marcado para dezembro.

PENAS APLICADAS – Ação Penal 2696 – Com a fixação das penas para nove dos 10 réus do Núcleo 3 da tentativa de golpe de Estado, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, nesta terça-feira (18), o julgamento da Ação Penal 2696. Foram condenados oito militares de alta patente, entre eles integrantes das forças especiais do Exército, também conhecidos como “kids pretos”, e um policial federal. As penas variam de um ano e 11 meses a 24 anos de prisão.

Por unanimidade, sete réus foram condenados pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, participação em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Dois militares tiveram as condutas reenquadradas (desclassificadas) para crimes de menor gravidade. Um dos réus foi absolvido por falta de provas.

Segundo a denúncia da

Procuradoria-Geral da República (PGR), o grupo planejou as “ações mais severas e violentas” da organização criminosa, incluindo uma operação voltada ao assassinato de autoridades.

ACORDO PARA EVITAR PRISÃO – Márcio Nunes de Resende Jr., coronel do Exército, e Ronald Ferreira de Araújo Jr., tenente-coronel do Exército, tiveram sua conduta desclassificada p associação criminosa e incitação das Forças Armadas contra os Poderes constitucionais. Eles poderão ser beneficiados por um acordo de não persecução penal (ANPP), ajuste entre o Ministério Público e pessoas acusadas de crimes sem violência ou grave ameaça que evita a pena de prisão, desde que confessem as condutas e cumpram as condições legais e as fixadas nos acordos.

ABSOLVIÇÃO – Em relação ao general da reserva Estevam Cals Theophilo, o colegiado entendeu que a acusação não apresentou provas suficientes para sua condenação. O ministro Alexandre de Moraes, relator da ação, afirmou que, mesmo havendo indícios da participação do militar na articulação para o golpe, a PGR não apresentou provas que corroborassem a delação do tenente-coronel Mauro Cid.

PREVENÇÃO DO CRIME – O ministro Alexandre de Moraes destacou que as penas foram propostas com o objetivo não só de reprovar, mas também de prevenir crimes semelhantes. Ele lembrou que, em tentativas de golpe de Estado ocorridas no passado, a falta de punição possibilitou que, anos depois, as mesmas pessoas tentassem novamente romper com a ordem democrática. “Um golpe de Estado fracassado era o fermento para o próximo, porque os envolvidos nunca foram responsabilizados nos termos constitucionais e legais. A impunidade leva à repetição da tentativa de afastar a democracia e de manter ou colocar um determinado grupo no poder sem eleições”, afirmou.

Além das penas privativas de liberdade (prisão), foram estabelecidas multas para sete réus. Eles também pagarão, de forma solidária, uma indenização de R\$ 30 milhões por danos

morais coletivos, juntamente com todos os condenados por envolvimento nos atos de 8 de janeiro de 2023.

PENAS – Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira (general da reserva) – Absolvido por falta de provas.

Bernardo Romão Corrêa Netto (coronel do Exército) – 17 anos de pena privativa de liberdade, sendo 15 anos de reclusão e dois anos de detenção, além de 120 dias-multa (cada dia-multa no valor de um salário-mínimo à época dos fatos). Regime inicial fechado.

Fabrício Moreira de Bastos (coronel do Exército) – 16 anos de pena privativa de liberdade, sendo 14 anos de reclusão e dois anos de detenção, além de 120 dias-multa (cada dia-multa no valor de um salário-mínimo à época dos fatos). Regime inicial fechado.

Hélio Ferreira Lima (tenente-coronel do Exército) – 24 anos de pena privativa de liberdade, sendo 21 anos e seis meses de reclusão e dois anos e seis meses de detenção, além de 120 dias-multa (cada dia-multa no valor de um salário-mínimo à época dos fatos). Regime inicial fechado.

Márcio Nunes de Resende Jr. (coronel do Exército) – 3 anos e cinco meses de pena privativa de liberdade, sendo 3 anos de reclusão e cinco meses de detenção. Regime inicial aberto. Se houver interesse da defesa e da PGR, poderá ser firmado um ANPP para evitar pena de prisão.

Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel do Exército) – 21 anos de pena privativa de liberdade, sendo 18 anos e seis meses de reclusão e dois anos e seis meses de detenção, além de 120 dias-multa (cada dia-multa no valor de um salário-mínimo à época dos fatos). Regime inicial fechado.

Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel do Exército) – 21 anos de pena privativa de liberdade, sendo 18 anos e seis meses de reclusão e dois anos e seis meses de detenção, além de 120 dias-multa (cada dia-multa no valor de um salário-mínimo à época dos fatos). Regime inicial fechado.

Ronald Ferreira de Araújo Jr. (tenente-coronel do Exército) – 1 ano e 11 meses de pena privativa de liberdade, sendo 1 ano e seis

meses de reclusão e cinco meses de detenção. Regime inicial aberto. Se houver interesse da defesa e da PGR, poderá ser firmado um ANPP para evitar pena de prisão.

Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros (tenente-coronel do Exército) – 17 anos de pena privativa de liberdade, sendo 15 anos de reclusão e dois anos de detenção, além de 120 dias-multa (cada dia-multa no valor de um salário-mínimo à época dos fatos). Regime inicial fechado.

Wladimir Matos Soares (agente da Polícia Federal) – 21 anos de pena privativa de liberdade, sendo 18 anos e seis meses de reclusão e dois anos e seis meses de detenção, além de 120 dias-multa (cada dia-multa no valor de um salário-mínimo à época dos fatos). Regime inicial fechado.

EFEITOS DA CONDENAÇÃO – Para Wladimir Soares, foi decretada a perda do cargo público de agente da Polícia Federal. Quanto aos militares com pena superior a dois anos, o Superior Tribunal Militar (STM) será comunicado para analisar a Declaração de Indignidade para o Oficialato, que pode levar à perda do posto e da patente militar. A comunicação será feita após o encerramento da ação e o esgotamento de todos os recursos (trânsito em julgado). Outro efeito da condenação é a inelegibilidade de todos os réus desde o julgamento até oito anos depois do cumprimento da pena.

OUTRAS AÇÕES – O Núcleo 3 foi o terceiro a ser julgado. Anteriormente foram julgados e condenados 15 réus, sendo oito do Núcleo 1, formado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete ex-integrantes de seu governo, e sete do Núcleo 4 (desinformação – fakes).

O julgamento do Núcleo 2, com mais seis réus, está marcado para iniciar em 09.12.2025. Em relação ao Núcleo 5, integrado unicamente pelo empresário Paulo Figueiredo, a denúncia da PGR ainda não foi apreciada. (Fonte: STF).

***Analista-Tributário da Receita Federal, que é DO BRASIL, (Aposentado), Advogado42019, Perito7863, Contador8556, ProfessorLP2570/93, Reg. Prof. Jornalista 0014425 DF e Ativista Social.**

Comitê estratégico sobre gestão educacional se reúne no TCE/SC para debater dados atualizados

O Comitê Estratégico do Projeto de Apoio do Controle Externo à Gestão da Educação apresentou os avanços alcançados em outubro e novembro no plano de aprendizagem (curto prazo) e no plano estratégico (longo prazo). Um dos exemplos citados foi a participação das escolas municipais de Florianópolis no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb): após 10 anos, a rede alcançou 100% de participação. Como consequência, o marco permitirá medir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de todas as escolas da rede pública municipal a partir de 2026.

Do encontro, que ocorreu no Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), participaram o presidente do TCE/SC, conselheiro Herneus De Nadal, e o conselheiro substituto Gerson dos Santos Sicca, relator temático da educação. Também participaram o secretário de Educação de Florianópolis, Thiago Mello Peixoto da Silveira, o secretário

adjunto da Educação da Capital, Eduardo Gutierrez, e os representantes do terceiro setor.

“A proposta é que o Tribunal desenvolva um referencial de controle da política pública da educação, de modo a auxiliar a gestão das redes públicas catarinenses. Dessa forma, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais realizados pela Corte de Contas, assim como a própria gestão dos municípios, terão como norte parâmetros baseados em evidências, que indiquem quais as melhores práticas em matéria de política educacional”, explica Sicca.

“Consideramos a educação como essencial

para o desenvolvimento das pessoas, tanto que entre as primeiras relatorias temáticas criadas pelo Tribunal de Contas está justamente a que trata desse tema. E as ações nessa área, que têm à frente o conselheiro Sicca, contribuem para que o TCE/SC consolide a transformação que estamos promovendo em direção ao verdadeiro Tribunal da Governança Pública”, comenta o De Nadal.

O segundo processo de acompanhamento do Projeto de Apoio do Controle Externo à Gestão da Educação foi instaurado no TCE/SC em setembro e está sendo conduzido pela Diretoria de Atividades Especiais (DAE). O objetivo é monitorar a execução de ações previstas e já



realizadas no Plano de Ação do projeto de transformação educacional da rede de educação de Florianópolis para assegurar que os esforços empreendidos estejam produzindo os resultados esperados, em melhoria da aprendizagem e fortalecimento da gestão educacional, com prazo de seis meses de execução.

Também participaram da reunião, por parte do Tribunal de Contas, os servidores do gabinete do conselheiro substituto Gerson dos Santos Sicca: Rafael Tachini de Melo, que é chefe de gabinete, e Beatriz de Avila Martins. Da DAE, estiveram presentes a diretora, Michelle de Conto El Achkar, e os servidores Renato Bossle Miguel e Letícia

Spíndola de Faria. Do Todos pela Educação, compareceu Gabriel Corrêa. Da Amplify, participaram a sócia-fundadora Wanessa David Ferreira, o analista sênior de Projetos, Gustavo Ribeiro, e Mario Lyra Netto. Por parte da Fundação Vivo Telefônica, esteve presente a gerente sênior de Projetos Educacionais, Lia Roitburd.



Falta de esclarecimento sobre óbito de feto resulta em dano moral contra hospital

A 8ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) reconheceu falha no atendimento prestado por um hospital da região do Vale do Itajaí e determinou o pagamento de R\$ 20 mil por danos morais a uma gestante. Ela enfrentou a expulsão de um feto natimorto em circunstâncias traumáticas, depois de ser liberada sem receber informações claras sobre seu quadro clínico.

A ação foi proposta pela paciente, que buscou atendimento com dores e sintomas preocupantes na gestação de sete meses. Segundo o processo, ela foi atendida e liberada antes da realização imediata do exame que poderia confirmar a

situação fetal. Horas depois, ocorreu a expulsão, fato que intensificou o sofrimento emocional da gestante e de sua família.

A perícia judicial concluiu que o feto já estava sem vida no primeiro atendimento, o que afastou a possibilidade de erro médico como causa da morte. Apesar disso, o colegiado entendeu que houve falha relevante no dever de informação e acolhimento. Para os julgadores, a paciente não poderia ter sido liberada sem a confirmação rápida do diagnóstico e sem orientações claras sobre seu estado de saúde.

O acórdão destacou

que a falta de comunicação adequada agravou a experiência vivida pela gestante, que enfrentou uma situação extrema sem pleno esclarecimento de sua condição clínica. A conduta foi considerada violadora dos direitos da personalidade, especialmente da integridade psicológica e da dignidade. Com base na responsabilidade civil prevista no Código Civil e nas normas de proteção ao consumidor, a 8ª Câmara reformou parcialmente a sentença e fixou a indenização por danos morais em R\$ 20 mil, com correção monetária e juros de mora conforme critérios definidos pelo Superior Tribunal de Justiça.

PORTALMED SST
SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO
CRM 3861-SC

Na Portalmed oferecemos serviços integrados, como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PMCSO).

Também realizamos exames ocupacionais e treinamentos específicos para atender às necessidades das empresas.

Entre em contato pelo WhatsApp (49) 3521-2799 e invista na segurança e saúde do seu time com a Portalmed SST!

Somos a parceria segura que orienta e transforma!



Fecaci 2025, em Joaçaba, fecha com chave de ouro após três dias de intensa programação



A Fecaci 2025 encerrou neste domingo (16) e mesmo com chuva contou com a participação popular e um clima de celebração que tomou conta de todo o Centro de Eventos Dario Bortoluzzi. Durante os três dias, mais de 50 mil pessoas passaram pela feira,

consolidando a edição como uma das maiores já realizadas em Joaçaba.

Ao longo do dia, artistas como, Daniel Afonso, Matheus Deon e Rodrigo Rosa ocuparam o palco, mantendo a energia do público sempre elevada. O grande encerramento ficou por conta da dupla

César Menotti & Fabiano, que reuniu uma multidão e fechou a Fecaci 2025 com um show emocionante.

O Secretário de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos, Paulo Krause, celebrou o sucesso da feira, destacando a força do público e dos



expositores. “A Fecaci 2025 superou todas as expectativas. O público participou intensamente, os expositores ficaram satisfeitos e a programação diversificada mostrou que Joaçaba tem potencial para eventos desse porte. Foi um grande momento para a cidade e já estamos

inspirados para pensar em mais eventos”, falou Paulo.

O prefeito Vilson Sartori também avaliou positivamente o evento e agradeceu o apoio da comunidade.

“Encerramos esta Fecaci com a certeza de que entregamos um evento histórico. Milhares de

pessoas passaram pela feira, mostrando que Joaçaba abraça iniciativas que unem negócios, cultura e entretenimento. Esse resultado nos motiva a continuar trabalhando por eventos que gerem desenvolvimento, oportunidades e alegria para a população”, falou



MPSC recorre de sentença que condenou casal de empresários a penas individuais de 38 anos de prisão por sonegação milionária de ICMS e outros crimes

Objetivo da 20ª Promotoria de Justiça com a apelação é que os réus, além da prisão pelos crimes de organização criminosa, sonegação fiscal, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro, também sejam condenados a ressarcir os cofres públicos. Crimes foram alvo da Operação Triângulo das Bebidas, deflagrada pelo GAECO em 2019. Outros três investigados foram condenados a penas de 14, três e dois anos de prisão.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ingressou com um recurso de apelação para reformar a sentença que condenou um casal de empresários, que comandavam um grupo criminoso responsável por esquema de fraude tributária estruturada no comércio de bebidas alcoólicas, a penas de 38 anos e 17 dias de prisão. Os crimes foram alvo da Operação Triângulo das Bebidas, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) do MPSC em 2019.

O objetivo da 20ª Promotoria de Justiça com a apelação é que os réus, além da prisão pela prática dos crimes de organização criminosa, sonegação fiscal, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro,

também sejam condenados a ressarcir os cofres públicos. De acordo com os documentos obtidos, foi possível apurar que os empresários teriam sonegado mais de R\$ 63 milhões em impostos – R\$ 12 milhões neste processo, mais de R\$ 4 milhões em outro e R\$ 47 milhões em notificações que aguardam o lançamento definitivo do tributo.

Segundo o Promotor de Justiça Geovani Werner Tramontin, embora a pena de prisão seja expressiva, o recurso questiona o fato de o Juízo de primeiro grau ter deixado de fixar um valor mínimo para a reparação dos danos causados aos cofres públicos sob a alegação de que, tratando-se de um crime contra a ordem tributária, figurando como vítima o Estado, este tem os meios necessários para cobrar os valores sonegados, mediante a inscrição em dívida ativa e execução fiscal.

“Não se olvida que a inscrição do débito tributário em dívida ativa constitui título executivo extrajudicial, que goza de liquidez e certeza, exigível por meio da ação própria de execução fiscal. Contudo, o pedido feito pelo Ministério Público para a fixação do valor mínimo a ser pago a título de reparação de

danos confere à vítima mais uma garantia e título de cobrança, desta vez, judicial, podendo ser executado pelo Estado contra o próprio acusado, na qualidade de pessoa física”, sustenta Tramontin.

O Promotor de Justiça argumenta que, na execução fiscal, a ação é voltada somente contra a pessoa jurídica, a qual, não raras vezes, passa por processo de dissolução irregular ou já não tem patrimônio capaz de assegurar o pagamento. “Nesse sentido, a disposição contida no inciso IV do art. 387 do CPP possui efeitos mais abrangentes do que a execução fiscal, pois possibilita a responsabilização pessoal do autor do ilícito, inclusive naquelas hipóteses em que há esvaziamento do patrimônio da pessoa jurídica”, completa.

O esquema criminoso

A organização criminosa era chefiada pelo casal de empresários, que, com o auxílio de familiares e associados, montaram um verdadeiro conglomerado de empresas de fachada no ramo de bebidas alcoólicas, especialmente bebidas quentes, objetivando fraudar o recolhimento do ICMS.

Conforme as investigações, o esquema criminoso consistia em



adquirir bebidas de indústrias localizadas, principalmente em São Paulo, utilizando empresas de fachada registradas em estados não signatários do Protocolo ICMS-ST (substituição tributária), como Goiás e Tocantins, além do Distrito Federal. Com isso, conseguiam pagar alíquotas menores de ICMS (7% em vez de 12%) e, ao mesmo tempo, evitavam o recolhimento do imposto devido ao estado de destino (Santa Catarina), que seria de 25% sobre o valor final ao consumidor. As mercadorias eram transportadas diretamente para Santa Catarina, muitas vezes sem nota fiscal ou com documentos falsificados.

Além da sonegação fiscal, o grupo praticava falsidade ideológica em larga escala, inserindo dados falsos em contratos sociais, registros de empregados e declarações fiscais. As fraudes eram praticadas também com o uso de empresa inativa, para registrar funcionários, de modo a evitar responsabilidades trabalhistas e previdenciárias.

Os réus também ocultaram bens e valores em nome de terceiros, inclusive de crianças, para dificultar o rastreamento e a execução fiscal. Apontou-se que os valores sonegados foram reinvestidos nas próprias

empresas e utilizados para a aquisição de veículos e imóveis.

A Operação Triângulo das Bebidas

A Operação Triângulo das Bebidas foi deflagrada em julho de 2019 com o objetivo de desarticular o grupo criminoso que se especializou no comércio de bebidas quentes sem o recolhimento dos tributos estaduais. Na ocasião, foram cumpridos 10 mandados de prisão temporária e 27 buscas e apreensões na Grande Florianópolis, em Brasília e quatro cidades de Goiás.

A operação foi deflagrada após mais de um ano de investigação e apurou que os envolvidos usaram vários artifícios para não pagar imposto, além de ocultar patrimônio e se esquivar das ações judiciais, por meio do uso de empresas de fachada e de “laranjas”, estes como administradores.

As chamadas bebidas quentes são consideradas pela legislação tributária produtos supérfluos e de alta carga tributária. No caso do ICMS, são 25% destinados aos cofres estaduais, pelo que a sonegação fiscal traz uma significativa vantagem competitiva no mercado, atentando contra a livre concorrência, notadamente porque comercializam as bebidas com valores inferiores aos praticados pelos próprios fabricantes, dominando,

ardilosamente, o mercado catarinense.

O início da investigação se deu a partir de reiteradas autuações fiscais lavradas pelo Fisco e representadas ao Ministério Público na Comarca da Palhoça que foram levadas ao conhecimento da 20ª Promotoria de Justiça da Capital, regional da Ordem Tributária, que efetuou os pedidos, cujas ordens foram determinadas pela 2ª Vara Criminal de Palhoça.

O nome da Operação Triângulo das Bebidas foi atribuído em referência à principal forma utilizada pelo grupo para a sonegação fiscal: a falsa destinação de notas fiscais para empresas de fachada e dessas para outras empresas, inclusive adquirentes de grande porte em Santa Catarina. GAECO

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) é uma força-tarefa conduzida pelo Ministério Público de Santa Catarina e composta pelas Polícias Civil, Militar e Penal, pela Receita Estadual e pelo Corpo de Bombeiros Militar. Tem como finalidade a identificação, prevenção e repressão às organizações criminosas. Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social



Joaçaba recebe encontro que reúne destaques da Oftalmologia Catarinense

Reconhecido pela abordagem de temas fundamentais da especialidade, o evento vai reunir especialistas de todo o estado para uma manhã de palestras e discussões técnicas, das 8h às 12h

Os avanços e desafios atuais da Oftalmologia em Santa Catarina ganham espaço para debate no Encontro da Sociedade Catarinense de Oftalmologia, marcado para sábado, 22, no Hotel Jaraguá, em Joaçaba. Reconhecido pela abordagem de temas fundamentais da especialidade, o evento vai reunir especialistas de todo o estado para uma manhã de

palestras e discussões técnicas, das 8h às 12h.

Entre os destaques da programação estão tópicos como ceratoplastias, retinopatia diabética, uso de filtros medicinais na visão subnormal, a importância da plástica ocular reconstrutiva e as perspectivas sobre miopia na oftalmopediatria. O encerramento será dedicado aos desafios éticos impostos pela Inteligência Artificial na Medicina, uma fronteira que desperta cada vez mais interesse e atenção dos profissionais.

Para o Dr. André Frutuoso, presidente da

Sociedade Catarinense de Oftalmologia, a proposta é valorizar a atualização científica e o intercâmbio entre os oftalmologistas do estado. “O evento em Joaçaba reafirma nosso compromisso em descentralizar e garantir que conteúdo de qualidade chegue a profissionais de todas as regiões. É uma oportunidade para crescermos juntos, compartilhando experiências e soluções”, afirma o presidente.

O acesso ao Encontro está aberto para oftalmologistas e estudantes da área mediante inscrição prévia no site



sociedadesco.org.br. A programação completa e informações detalhadas sobre os palestrantes também estão disponíveis na plataforma.

Programação

08:00 – Credenciamento
08:25 – Abertura

08:30 – Princípios e indicações das ceratoplastias, com Dr. Ricardo Giaconi
09:00 – Retinopatia diabética, com Dr. André Ribas Dias
09:30 – Filtros medicinais para visão subnormal, com Dr. Luis Gustavo Ono

10:00 – Intervalo
10:30 – Plástica ocular clássica e reconstrução, com Dra. Giselle Costa
11:00 – Miopia em oftalmopediatria, com Dr. João Paulo Longo
11:30 – Desafios éticos da Inteligência Artificial na Medicina, com Dr. Flávio Mano.

Evento na Alesc celebra o Dia dos Conselheiros Tutelares com palestra "Cuidando de Quem Cuida"

A Assembleia Legislativa recebeu, na noite desta terça-feira (18), profissionais de diferentes regiões do Estado para a palestra “Cuidando de Quem Cuida”, ministrada pela professora Andréa Lohmeyer. A iniciativa, organizada pelo deputado Sergio Motta (Republicanos), marcou as comemorações pelo Dia dos Conselheiros Tutelares, celebrado em todo o país.

Realizado às 18h, o encontro reuniu conselheiros tutelares, autoridades e convidados em um momento de aprendizado, reconhecimento e valorização. A palestra abordou desafios emocionais e estruturais enfrentados pelos profissionais que lidam diariamente com

situações de vulnerabilidade envolvendo crianças e adolescentes.

Além da programação formativa, os participantes foram recebidos com coffee break e contaram com diversas surpresas preparadas especialmente para os conselheiros tutelares presentes. As inscrições foram realizadas pelo telefone disponibilizado pela organização, por meio da servidora Ingrid.

Durante o evento, o deputado Sergio Motta fez um discurso contundente em defesa da categoria, destacando o papel essencial dos conselheiros na garantia da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em sua fala, Motta ressaltou:

‘Tutelar’ significa proteger, amparar, zelar. E é exatamente isso que vocês fazem todos os dias. Cuidam de quem mais precisa: nossas crianças e adolescentes. O Conselho Tutelar é a porta de entrada da proteção integral, é ali que a lei, o nosso ECA, sai do papel e vira realidade.”

Ele também reconheceu as dificuldades enfrentadas no cotidiano da função.

“Eu sei das dificuldades que vocês enfrentam: falta de estrutura, de segurança, de apoio, de formação. Mas quero deixar aqui um compromisso: vou continuar lutando para fortalecer essa categoria, do orçamento à



capacitação, da estrutura ao reconhecimento.”

O parlamentar afirmou estar dialogando com prefeitos e prefeitas para promover avanços na valorização da carreira.

“A verdade é uma só: o trabalho de vocês muda destinos. E o mínimo que o poder

público precisa fazer é garantir condições dignas para isso acontecer.”

Sergio Motta reforçou ainda que seu gabinete está à disposição dos conselheiros.

“Anotem o número que está no telão, usem o grupo de WhatsApp para mandar demandas, denúncias,

sugestões. Conselheiros e conselheiras tutelares, vocês merecem ser respeitados, valorizados e aplaudidos hoje e sempre.”

O evento foi encerrado sob aplausos, com o compromisso de fortalecer as políticas públicas voltadas à